



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Desenvolvimento de Sistema da Informação

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '20', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Galileu Galilei contribuiu sobremaneira para o melhoramento do método científico.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o poema de José Miguel Wisnik para responder às questões de números 1 a 5.

*O anel que tu me deste
Não guardei nem esqueci
Ele nunca se quebrou
Fui eu que me perdi*

*Sob a luz estroboscópica
Do agito de um salão
Que ainda dança a nossa volta
Com as décadas que se vão*

*O anel que tu me lembras
Meu escuro escondeu
Ele nunca se partiu
Quem partiu de si fui eu*

*Retiraste de teu dedo
Sem nenhuma hesitação
e o puseste com cuidado
Na palma da minha mão*

*Eu ainda não sabia
Que existia o puro dom
Que era feito de verdade
Desapego e solidão*

*Era a luz alucinada
De um estranho festival
Nada ali anunciava
O teu gesto e o cristal
O amor que tu me tinhas
Não tem nome nem lugar
Luz que vem da mesma liga
Do anel a nos ligar*

Diamante escuridão

(O anel. José Miguel Wisnik)

- Um dos temas do poema é
 - a devoção a um anel mágico, anulador do tempo e da distância entre os amantes.
 - a celebração do amor que perdura, simbolizado por um sólido anel de diamante.
 - a crítica à impermanência dos bens materiais diante da fragilidade do afeto.
 - a exaltação da juventude, representada pelo cenário de um festival.
 - o contraste entre a permanência do anel e a fragmentação interior do eu lírico.
- Ao dialogar com uma pessoa (tu), o eu lírico
 - reconhece seu desencontro interior, sem negar plenamente o passado vivido.
 - constata que a autopunição é o meio mais eficaz de conquistá-la no presente.
 - expressa remorso por ter perdido, no passado, um evento de que ela participou.
 - reforça que ainda no presente a admira de modo velado.
 - acredita que o amor foi imaginário e não deixará lembranças.
- Considerado o contexto, observa-se a figura de linguagem "personificação" no verso que se encontra em:
 - O anel que tu me lembras.*
 - Que ainda dança a nossa volta.*
 - Retiraste de teu dedo.*
 - e o puseste com cuidado.*
 - Sem nenhuma hesitação.*
- A conjunção "nem", nos versos *Não guardei nem esqueci* e *Não tem nome nem lugar*, estabelece, no contexto em que se encontra, ideia de
 - temporalidade.
 - adição.
 - conclusão.
 - causa.
 - concessão.



5. A flexão verbal expressa uma ação já concluída no verso:
- (A) *Tudo então que nos unia.*
 (B) *Nada ali anunciava.*
 (C) *O anel que tu me deste.*
 (D) *Luz que vem da mesma liga.*
 (E) *O anel que tu me lembras.*

6. A classificação do verbo – como de qualquer palavra – depende da situação em que se acha empregado na frase. Muitos verbos, de acordo com os vários sentidos que podem assumir, ora entram no grupo dos verbos de ligação, ora são transitivos (diretos ou indiretos), ora intransitivos.

(Adaptado de: Bechara, Evanildo (2018-10-30T22:58:59.000). **Lições de Português pela Análise Sintática**. Nova Fronteira, edição digital)

O verbo que, no contexto do poema, possui complemento indireto encontra-se em:

- (A) *Nada ali anunciava.*
 (B) *Ele nunca se partiu.*
 (C) *Era a luz alucinada.*
 (D) *O amor que tu me tinhas.*
 (E) *Ele nunca se quebrou.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 9.

Padre Alfredo visitou-o pela primeira vez naquela semana. O capitão estava tão desacostumado de ter visitas que, ao ouvir tocar o sino, não foi logo ao portão. “Senhor padre, bons dias, o que o traz por cá? Estava a fazer uma sesta, entre, entre” – e dirigiu-o ao quintal. “Então é aqui que passa os seus dias o bravo capitão Celestino. Que esplendoroso roseiral”, e abeirou-se da roseira. As rosas pareciam envernizadas, tão túrgidas que cantavam. Na verdade, viera ver o que havia atrás das sebes. As flores calaram-no. O perfume, intensificado pela luz do Sol que, àquela hora, estava a pique, abafou o sermão que trazia preparado. Celestino foi amistoso. “Plantou caril, capitão? Anda por aqui um perfume intenso.” Misturados uns aos outros, picados pela luz, os aromas dos frutos e das flores adquiriam um odor inebriante, com várias notas confusas, cítricas, mas também fundas, amadeiradas e apimentadas. O jardim em volta, com o seu canteiro de cravos e sardinheiras vermelhas, as ervilhas de cheiro rosa vivo, a ameixoeira cuidadosamente podada, cada folha desenhada por um pintor apaixonado e por ele lacada, os condutos do sistema de rega inventado pelo jardineiro, os atilhos coloridos que prendiam os ramos mais altos das rosinhas cor de chá às paredes da casa, a paz do quintal, o amor posto em tudo, dissonante da figura sorumbática que tinha à sua frente e que, acabara de dar conta, não se calava, assim que se aflorou o pretexto dos cuidados de jardinagem que preservavam o quintal na perfeição em que estava. Celestino falava sozinho enquanto o padre tirava as suas conclusões.

Gesticulava como há muito ansiasse ter com quem conversar e, ao mesmo tempo, como se o padre tivesse tocado o único tema que lhe importava.

(Adaptado de: ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **A visão das plantas**. Todavia, 2022)

7. Na narrativa, padre Alfredo observa um contraste entre
- (A) a solidão de Celestino e sua tendência de conversar com as plantas.
 (B) a delicadeza de Celestino como jardineiro e sua destreza no trato social.
 (C) o amor de Celestino pelas plantas e o seu desprezo pelas pessoas.
 (D) a serenidade de Celestino e a opressão do jardim cultivado metodicamente.
 (E) a figura melancólica de Celestino e o jardim resplandecente com que se depara.

8. *Celestino falava sozinho enquanto o padre tirava suas conclusões.*

O termo *enquanto*, no contexto, expressa

- (A) finalidade.
 (B) oposição.
 (C) simultaneidade.
 (D) conformidade.
 (E) consequência.

9. O verbo empregado em linguagem figurada está sublinhado em:

- (A) *Celestino falava sozinho.*
 (B) *os aromas dos frutos e das flores adquiriam um odor inebriante.*
 (C) *os atilhos coloridos que prendiam os ramos mais altos das rosinhas cor de chá às paredes da casa.*
 (D) *O perfume [...] abafou o sermão que trazia preparado.*
 (E) *e que, acabara de dar conta, não se calava.*

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

10. Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência é
- (A) possível em qualquer circunstância, desde que assim entendam as autoridades públicas responsáveis pela divulgação e circulação da obra.
 - (B) possível em qualquer circunstância, desde que assim entenda o autor da obra, haja vista que a lei protege a vontade do artista, de forma soberana.
 - (C) vedada, exceto para o fim de proteção dos direitos de propriedade intelectual.
 - (D) vedada, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.
 - (E) vedada, exceto para o fim de proteção dos direitos de propriedade intelectual e para preservação de direitos materiais relativos à obra.
-
11. Considere a seguinte situação hipotética: determinado município do Estado do Paraná promoverá importante evento cultural, a ser realizado em espaço público, a céu aberto, propiciando diversas apresentações de música e dança. No evento, serão instalados 20 banheiros químicos, dentre os quais deverão ser destinadas unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, o número mínimo de banheiros químicos corresponderá a
- (A) 10.
 - (B) 5.
 - (C) 2.
 - (D) 3.
 - (E) 7.

Inteligência Artificial e Inovação

12. No exercício das atividades de desenvolvimento e supervisão de soluções de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário, a equipe de inovação precisa avaliar cuidadosamente os riscos associados ao uso de sistemas de IA generativa. Considerando os principais desafios identificados na literatura e nas normativas sobre o tema, o uso de IA generativa pode implicar riscos relacionados
- (A) ao aumento da transparência nos dados e redução de vieses algorítmicos.
 - (B) ao fortalecimento automático da autoria individual em conteúdos gerados.
 - (C) à disseminação de desinformação e violação de direitos autorais.
 - (D) à eliminação de impactos sociais decorrentes da automação de tarefas.
 - (E) à proteção intrínseca dos dados sensíveis suprimindo a regulamentação adicional.
-
13. Durante a implantação de práticas de inovação no Poder Judiciário, a equipe responsável foi orientada a alinhar suas ações ao Plano Nacional de Inovação instituído pela Portaria CNJ nº 379/2024. Uma das estratégias adotadas foi a criação de projetos colaborativos de inovação envolvendo diferentes segmentos do Judiciário e o cadastro dessas iniciativas na plataforma Renovajud. De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Portaria, essa estratégia está relacionada ao princípio de
- (A) fortalecimento da cultura de inovação por meio de iniciativas internas dos laboratórios, com foco em melhorias locais baseadas na autonomia institucional.
 - (B) estímulo à modernização organizacional por meio de ações autônomas conduzidas por cada tribunal, respeitando suas realidades operacionais.
 - (C) implementação de ações inovadoras com base em estruturas laboratoriais experimentais, com foco na testagem técnica de soluções sob controle institucional.
 - (D) valorização de boas práticas reconhecidas internacionalmente, priorizando o alinhamento a modelos de referência consolidados no setor público global.
 - (E) articulação em redes de inovação local, regional e nacional, fomentando projetos colaborativos.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

14. Sobre a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente, a Resolução nº 433/2021, do Conselho Nacional de Justiça,
- (A) estabelece o princípio do poluidor-pagador como diretriz exclusiva para o tratamento de conflitos ambientais.
 - (B) veda a utilização de provas obtidas por sensoriamento remoto em ações judiciais ambientais.
 - (C) determina que o magistrado, nas condenações por dano ambiental, considere apenas o impacto direto e mensurável do dano, sendo vedada a análise de externalidades ambientais ou efeitos na mudança climática global.
 - (D) autoriza a criação de unidades judiciárias especializadas na temática ambiental, que funcionarão, preferencialmente, como "Núcleos de Justiça 4.0" especializados.
 - (E) condiciona a realização de consulta prévia a povos indígenas e comunidades tradicionais em questões ambientais à concordância do Ministério Público Federal.



15. O ano de 2024 marcou um ponto crítico para o Rio Grande do Sul, que vivenciou uma emergência climática sem precedentes, refletindo os alarmantes efeitos da mudança climática em escala global. Esse cenário ressalta a necessidade urgente de uma resposta robusta e coordenada para enfrentar os desafios que a alteração do clima impõe. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, surge como um instrumento essencial para orientar ações governamentais e mobilizar a sociedade para o enfrentamento dos desafios ambientais futuros. Sintetizando as definições constantes do art. 2º da Lei nº 12.187/2009,
- (A) adaptação se resume à mudança dos hábitos de consumo da população para reduzir a produção de resíduos sólidos.
 - (B) mitigação refere-se à implementação de tecnologias que aumentam a liberação de gases de efeito estufa na atmosfera.
 - (C) vulnerabilidade é a medida de suscetibilidade e incapacidade de um sistema de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima.
 - (D) sumidouro é o processo ou atividade que libera na atmosfera gases de efeito estufa.
 - (E) gases de efeito estufa são constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, reduzem a radiação infravermelha.

Noções de Direito Administrativo

16. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a ação para a aplicação das sanções previstas na mencionada Lei prescreve em
- (A) 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 - (B) 5 anos, contados a partir da ciência do fato pelo autor da ação ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que iniciou a permanência.
 - (C) 8 anos, contados a partir da ciência do fato pelo autor da ação ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que iniciou a permanência.
 - (D) 8 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 - (E) 7 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que iniciou a permanência.
17. Considere a seguinte situação hipotética: Apolo é servidor público titular de cargo efetivo no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Em virtude de um acidente automobilístico, Apolo sofreu uma limitação provisória em sua capacidade física. Nos termos da Constituição Federal, Apolo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação sofrida, enquanto permanecer nesta condição,
- (A) desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
 - (B) sendo necessário apenas que possua habilitação para o cargo de destino, não se exigindo qualquer outro requisito, e receberá a remuneração do novo cargo.
 - (C) desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, e receberá a remuneração do novo cargo.
 - (D) sendo necessário apenas que possua habilitação para o cargo de destino, não se exigindo qualquer outro requisito, sendo mantida a remuneração do cargo de origem.
 - (E) sendo necessário apenas que possua habilitação para o cargo de destino, não se exigindo qualquer outro requisito, e poderá optar pela remuneração de quaisquer dos cargos.

18. Considere as seguintes assertivas atinentes ao processo administrativo disciplinar:
- I. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto na lei nº 8.112/1990, salientando-se que o presidente da comissão deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
 - II. Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.
 - III. Uma das etapas do processo disciplinar denomina-se "inquérito administrativo", que compreende instrução, relatório e julgamento.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, com relação ao processo disciplinar, está correto o que consta em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) I e II, apenas.



19. São legitimadas como interessadas no processo administrativo, dentre outros, as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, tais entidades interessadas poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes. A participação na reunião, que
- (A) poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão recorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.
 - (B) não poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão recorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.
 - (C) poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão irrecorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.
 - (D) não poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão irrecorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.
 - (E) não poderá incluir direito a voz, será deferida por decisão recorrível da autoridade de maior grau hierárquico presente na reunião.
-
20. Nos termos da Lei nº 12.618/2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, é a União autorizada a criar, observados os ditames legais, entidade fechada de previdência complementar, dentre outras, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, qual seja, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder
- (A) Judiciário (Funpresp-Jud), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo e para os membros do Poder Judiciário, por meio de ato do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Legislativo (Funpresp-Leg), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União e para os membros deste Tribunal, por meio de ato exclusivo do Presidente do Senado Federal.
 - (C) Judiciário (Funpresp-Jud), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo e para os membros do Poder Judiciário, por meio de ato do Presidente da República.
 - (D) Executivo (Funpresp-Exe), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Executivo, por meio de ato do Ministro da Previdência Social.
 - (E) Legislativo (Funpresp-Leg), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União e para os membros deste Tribunal, por meio de ato do Presidente da República.

Raciocínio Lógico-Matemático

21. Uma costureira faz, em um único dia, exatamente 7 panos de prato ou exatamente 6 aventais. Ela não faz panos de prato e aventais em um mesmo dia. Em 7 dias ela fez 45 peças, sendo elas aventais e/ou panos de prato. O número total de aventais feitos pela costureira nesse período de 7 dias foi
- (A) 6.
 - (B) 12.
 - (C) 24.
 - (D) 18.
 - (E) 14.
-
22. Os amigos Daniel, Eduardo e Fernando têm idades diferentes e praticam modalidades esportivas diferentes entre judô, remo e tênis. Daniel tem 17 anos e não pratica remo. Eduardo não pratica tênis e tem 19 anos. Quem pratica judô tem 18 anos. É correto afirmar que
- (A) Daniel pratica judô.
 - (B) Eduardo pratica judô.
 - (C) Fernando pratica tênis.
 - (D) Fernando pratica remo.
 - (E) Daniel pratica tênis.
-
23. Em um jogo de dardos, cada lançamento pode valer, 0, 5, 8 ou 10 pontos. Em uma partida, um jogador fez 99 pontos e o número de lançamentos em que marcou 8 pontos foi o igual ao número de lançamentos em que marcou 10 pontos. Sabendo que em 25% de seus lançamentos ele não pontuou, o número total de lançamentos que esse jogador fez na partida foi
- (A) 20.
 - (B) 15.
 - (C) 22.
 - (D) 18.
 - (E) 25.
-
24. Uma passagem de avião custa R\$ 1.200,00. O preço dessa passagem é composto por R\$ 950,00 da tarifa, R\$ 130,00 da bagagem de até 23 kg e R\$ 120,00 da taxa do aeroporto. Se a taxa do aeroporto subir 10%, a tarifa subir 5% e o custo da bagagem se mantiver, o aumento percentual total do preço dessa passagem ficará entre
- (A) 6,5% e 7,0%.
 - (B) 6,0% e 6,5%.
 - (C) 5,5% e 6,0%.
 - (D) 5,0% e 5,5%.
 - (E) 4,5% e 5,0%.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

25. Durante a execução de um sistema baseado em microsserviços criado com *Spring Cloud*, o time de *DevOps* identificou a necessidade de alterar a URL de um serviço externo, que está definida em uma propriedade no arquivo de configuração remoto. O objetivo é aplicar essa nova URL sem reiniciar o serviço cliente. Dado esse cenário, representa corretamente os passos ou requisitos para aplicar a nova configuração com sucesso:
- (A) O cliente deve estar anotado com `@RefreshScope` e o *Spring Boot Actuator* deve estar incluído.
 - (B) É necessário alterar o arquivo de configuração localmente no cliente e reiniciá-lo.
 - (C) A alteração deve ser feita diretamente no `application.yml` do cliente.
 - (D) As configurações atualizadas são aplicadas automaticamente aos clientes, sem necessidade de qualquer ação.
 - (E) O servidor de configuração precisa ser reiniciado sempre que um arquivo for alterado no repositório central de configurações.
-
26. Uma analista está trabalhando em uma API *Spring Boot* e precisa documentar os *endpoints* utilizando anotações do *Swagger* para descrever operações, parâmetros e respostas. Ela quer garantir que a documentação seja clara e compatível com a especificação OpenAPI 3.0, mas está incerta sobre qual conjunto de anotações usar e como aplicá-las corretamente em um controlador. O *endpoint* em questão é um GET `/processos/{id}` que retorna os detalhes de um processo. Nesse cenário, a maneira correta de anotar o endpoint GET `/processos/{id}` em um controlador *Spring Boot* para garantir uma documentação precisa e compatível com OpenAPI 3.0, usando a biblioteca `springdoc-openapi`, é usar
- (A) `@ApiOperation` e `@ApiParam` do pacote `io.swagger.annotations` para descrever a operação e o parâmetro.
 - (B) `@ApiResponse` do pacote `io.swagger.annotations` combinado com `@Operation` do pacote `io.swagger.v3.oas.annotations`.
 - (C) apenas `@GetMapping` sem anotações do *Swagger*, pois `springdoc-openapi` gera documentação automaticamente.
 - (D) `@Schema` no método do controlador para descrever o parâmetro `{id}`.
 - (E) `@Operation` e `@Parameter` do pacote `io.swagger.v3.oas.annotations` para descrever a operação e o parâmetro.
-
27. Um analista cria a entidade `Processo` para um sistema de um tribunal, persistindo processos judiciais em um banco relacional, com número do processo gerado automaticamente, tipo de ação não nulo e relacionamento N:1 com a entidade `Vara` (unidade judicial). Nesse contexto, o mapeamento correto da entidade `Processo` é `@Entity` para indicar que `Processo` é uma entidade,
- (A) `@Id` e `@GeneratedValue(strategy = GenerationType.SEQUENCE)` para o atributo número do processo, `@Column(nullable=true)` para tipo de ação, `@ManyToOne @JoinColumn(name = "processo_id", nullable = false)` para o atributo que representa a vara.
 - (B) `@Column(nullable=false)` para o atributo que representa o tipo de ação, `@ManyToOne(mappedBy = "vara")` e `@JoinColumn(name = "numero", nullable = false)` para o atributo que representa a vara.
 - (C) `@Id` e `@GeneratedValue(strategy = GenerationType.IDENTITY)` para o atributo número do processo, `@Column(nullable=false)` para o atributo que representa o tipo de ação, `@ManyToOne` e `@JoinColumn(name = "vara_id", nullable = false)` para o atributo que representa a vara.
 - (D) `@Id` e `@GeneratedValue(type = GenerationType.IDENTITY)` para o atributo número do processo, `@Column(nullable=false)` para tipo de ação, `@OneToOne @JoinColumn(name = "vara_id", nullable = true)` para o atributo que representa a vara.
 - (E) `@Column(nullable=false)` para tipo de ação, `@ManyToOne` e `@JoinColumn(id = "vara_id", nullable = false)` para o atributo que representa a vara.
-
28. Durante a definição do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), uma organização avalia o cenário externo, riscos e determina que cada unidade de negócio deve identificar seus próprios requisitos legais, normativos e contratuais. Nesse cenário, a prática coerente com o estabelecimento de contexto da gestão de riscos, segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2023, é
- (A) definir critérios de aceitação de risco com base prioritária na probabilidade, sem considerar outros fatores.
 - (B) atribuir à alta direção a responsabilidade geral pela gestão de todos os riscos identificados.
 - (C) estabelecer critérios únicos para todas as unidades da organização, sem distinção.
 - (D) considerar apetite ao risco, requisitos das partes interessadas e normas específicas do setor.
 - (E) excluir documentos contratuais como fonte de controles.
-
29. Um tribunal está criando um inventário de seus servidores e computadores, conforme indica o controle 5.9 (inventário de informações e outros ativos associados) presente no anexo A da norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2024. Nesse caso, pode ser considerada uma deficiência no inventário da empresa a
- (A) falta de atualização semanal do inventário e de definição do formato de armazenamento.
 - (B) ausência de informações sobre os dados armazenados nos dispositivos e seus responsáveis.
 - (C) não inclusão de dispositivos móveis, como celulares, *tablets* e *notebooks*.
 - (D) falta de auditoria interna e externa no inventário por terceiros especializados.
 - (E) falta de disponibilização do inventário para todos os funcionários, incluindo colaboradores externos.



30. Durante uma auditoria de segurança no setor de tecnologia de um tribunal, foi constatado que o sistema de tramitação eletrônica não utiliza bibliotecas de componentes seguros e não realiza testes de integração com foco em casos de uso indevido (abuso). Considerando as diretrizes do OWASP Top 10:2021 – A04: *Design* Inseguro, a medida mais completa e preventiva para mitigar riscos decorrentes de falhas de projeto é
- (A) implementar *firewalls* e monitoramento contínuo para detectar atividades suspeitas durante o uso do sistema.
 - (B) estabelecer um ciclo de vida de desenvolvimento seguro com padrões arquiteturais, testes de fluxo e validação contra ameaças.
 - (C) aplicar criptografia simétrica e controle de integridade sobre os dados transmitidos entre as instâncias do sistema.
 - (D) reduzir validações internas em componentes menos críticos para evitar lentidão nos processos eletrônicos.
 - (E) substituir o uso de APIs públicas por mecanismos de integração proprietários com controle de acesso restrito.

31. Considere o trecho de código a seguir:

```
dependencies {  
    implementation 'org.springframework:spring-core:5.3.9'  
    testImplementation 'junit:junit:4.13.2'  
}
```

Trata-se da declaração de dependências no arquivo

- (A) *build.gradle* da ferramenta de automação de *builds* *Gradle*.
 - (B) *pom.xml* da ferramenta de automação de *builds* *Maven*.
 - (C) *settings.gradle* da ferramenta de automação de *builds* *Gradle*.
 - (D) *gradle.properties* da ferramenta de versionamento e controle *Gradle*.
 - (E) *dependencies.xml* da ferramenta de gerenciamento de dependências *Maven*.
32. Em um site de uma organização construído com HTML e CSS, deseja-se aplicar um estilo especial a todos os *links* externos (com `target="_blank"`) que não pertencem à classe `patrocinado`. O seletor CSS3 que atende a esse requisito é:
- (A) `a[target="_blank"]:!(.patrocinado)`
 - (B) `a[target="_blank"]:!([class="patrocinado"])`
 - (C) `a[link{target="_blank"}]:not(.patrocinado)`
 - (D) `a[target="_blank"]:not(.patrocinado)`
 - (E) `a[target="_blank"]:not([class*=".patrocinado"])`

33. Em um sistema de gerenciamento de processos judiciais, desenvolvido em *TypeScript*, é necessário declarar uma variável chamada `processos`, que deve armazenar exclusivamente números inteiros representando os códigos dos processos. Essa variável deve ser inicializada com os valores 101, 102 e 103, utilizando explicitamente a sintaxe de *array* genérico da linguagem. A instrução que atende corretamente a esse requisito é

- (A) `let processos = <number>[101, 102, 103];`
- (B) `let processos: number = [101, 102, 103];`
- (C) `let processos: Array<number> = [101, 102, 103];`
- (D) `let processos: Array{Number} = [101, 102, 103];`
- (E) `let processos: [number] = [101, 102, 103];`

34. Um técnico de um tribunal foi solicitado a configurar os endereços IPs em um servidor que seria utilizado pelo setor de desenvolvimento. Foi solicitado que o penúltimo e o último endereços válidos da sub-rede 10.4.4.0 /26 fossem alocados ao servidor e ao *gateway* padrão, respectivamente. De posse dessas informações, o técnico configurou correta e adequadamente os endereços

- (A) 10.4.4.30 como IP do servidor e 10.4.4.31 como *gateway* e 255.255.255.224 como máscara de sub-rede.
- (B) 10.4.4.61 como IP do servidor e 10.4.4.62 como *gateway* e 255.255.255.192 como máscara de sub-rede.
- (C) 10.4.4.125 como IP do servidor e 10.4.4.126 como *gateway* e 255.255.255.128 como máscara de sub-rede.
- (D) 10.4.4.14 como IP do servidor e 10.4.4.15 como *gateway* e 255.255.255.240 como máscara de sub-rede.
- (E) 10.4.4.29 como IP do servidor e 10.4.4.30 como *gateway* e 255.255.255.240 como máscara de sub-rede.



35. Um tribunal gera relatórios em Python 3.x usando pandas para calcular a média de tempo de tramitação por juiz. Nesse contexto, considere o código abaixo.

```
import pandas as pd

dados = {
    "juiz": ["Maria", "João", "Maria", "Carlos", "João"],
    "tempo_tramitacao": [120, 150, 100, 200, 130]
}

df = pd.DataFrame(dados)

def calcular_media_por_juiz(df):
    return df.groupby("juiz")["tempo_tramitacao"].__I__().to_dict()

media_por_juiz = calcular_media_por_juiz(df)
print(media_por_juiz)
```

Completa corretamente a lacuna **I** o método

- (A) avg
 (B) median
 (C) average
 (D) midpoint
 (E) mean
-
36. Um tribunal adotou uma solução de comutação convergente para integração da sua rede LAN e SAN, permitindo que um único dispositivo possa transferir ambos os tipos de dados: pacotes IP e dados de armazenamento. O protocolo para comutar os pacotes FC e o dispositivo de rede adequado para essa implementação são, respectivamente,
- (A) FCIP e bridge.
 (B) FCIP e roteador.
 (C) SCSI e roteador.
 (D) SCSI e switch Ethernet.
 (E) FCoE e switch Ethernet.
-
37. No desenvolvimento de soluções de Inteligência Artificial para um tribunal, a equipe técnica precisa implementar modelos de *Machine Learning* de forma integrada em *pipelines* de produção, considerando práticas de MLOps para garantir a confiabilidade e a atualização contínua dos modelos implantados. Em um projeto que envolve a criação de um sistema de recomendação baseado em processamento de linguagem natural (NLP) e a identificação de anomalias para prevenção de fraudes, a configuração do *pipeline* de produção deve adotar estratégias que
- (A) estabeleçam fluxos de atualização baseados em monitoramento manual, com reavaliações periódicas dos modelos conduzidas conforme demandas operacionais pontuais.
 (B) concentrem os processos de ingestão, transformação e treinamento em única etapa para facilitar manutenções pontuais, mesmo que sem orquestração automatizada de reexecução completa.
 (C) integrem práticas de *Continuous Integration/Continuous Delivery (CI/CD)* específicas para *Machine Learning*, facilitando a atualização e monitoramento dos modelos em produção.
 (D) concentrem o processo de engenharia de atributos na maximização da variedade de entradas, isentando da aplicação de mecanismos de seleção baseados em relevância estatística ou impacto preditivo.
 (E) organizem as tarefas de recomendação e detecção de anomalias em *pipelines* serializados, utilizando fontes de dados independentes para evitar acoplamento excessivo entre os modelos.
-
38. Durante a modernização de sistemas de um tribunal, uma equipe técnica adotou arquiteturas distribuídas com microsserviços, utilizando APIs para comunicação entre componentes. Para garantir escalabilidade, segurança e gerenciamento eficiente das comunicações, o ambiente de produção também incorpora *API Gateway*, autenticação, *Service Discovery* (Eureka) e *proxy* reverso (Nginx ou HAProxy). Considerando essas práticas de arquitetura, a estruturação adequada da solução deve garantir que
- (A) a comunicação entre microsserviços seja realizada por meio de rotas fixas e predefinidas, simplificando a topologia da rede em ambientes estáticos.
 (B) as APIs REST utilizem *tokens* JWT para autenticação e autorização, fortalecendo a segurança na troca de mensagens.
 (C) o *API Gateway* concentre o controle de entrada, isentando da necessidade de acoplar funções de autenticação, roteamento dinâmico ou controle de taxa de requisições.
 (D) a arquitetura cliente-servidor seja mantida em serviços intermediários como padrão de comunicação entre microsserviços, garantindo isolamento lógico.
 (E) o *proxy* reverso atue prioritariamente na camada de encaminhamento de requisições HTTP, sem interferência direta no balanceamento de carga ou *caching* de respostas.



39. Na modernização da infraestrutura tecnológica de um tribunal, a equipe técnica passou a adotar arquiteturas em nuvem, utilizando provedores como AWS, Azure e GCP, além de estratégias com contêineres Docker e orquestração de ambientes por meio do Kubernetes. Para aumentar a flexibilidade e a escalabilidade dos sistemas, também foram implantadas soluções baseadas em *serverless computing* e *multi-cloud*. Nesse cenário, a configuração dos ambientes deve assegurar práticas que
- (A) empreguem *serverless computing* em camadas intermediárias de sistemas legados, mantendo a infraestrutura em servidores *on-premises*.
 - (B) armazenem imagens de contêineres em repositórios locais protegidos, com sincronização eventual para registros remotos, priorizando controle interno.
 - (C) centralizem a gestão dos *clusters* Kubernetes em um ambiente de nuvem principal, com replicação manual das configurações para demais provedores utilizados.
 - (D) configurem contêineres isolados em Docker, garantindo a portabilidade de aplicações entre diferentes ambientes de nuvem.
 - (E) adotem soluções híbridas, mantendo o processamento em servidores *on-premises* por questões de compatibilidade, utilizando a nuvem para tarefas complementares.
-
40. No desenvolvimento de aplicações para um tribunal, a equipe técnica adota padrões de projeto (GOF), boas práticas de codificação e princípios de *design* como SOLID, DRY e KISS. Em projetos que envolvem arquiteturas de microsserviços, arquiteturas orientadas a eventos e a construção de *pipelines* de dados, a aplicação desses conceitos é essencial para garantir a robustez das soluções. Nesse contexto, o desenvolvimento deve seguir estratégias que
- (A) agrupem funcionalidades relacionadas em módulos únicos e extensos, buscando reduzir a dispersão de código e simplificar a navegação no projeto.
 - (B) acelerem a entrega de funcionalidades incrementais, ainda que isso implique acúmulo progressivo de dívidas técnicas no código.
 - (C) adotem abordagens flexíveis de implementação, dispensando o uso explícito de princípios de *design*, desde que os testes automatizados estejam presentes.
 - (D) incorporem refatoração contínua, mantenham o código alinhado aos princípios de *design* e favoreçam a manutenção e a evolução dos sistemas.
 - (E) priorizem a consistência transacional entre microsserviços, ainda que isso limite o uso de comunicação assíncrona em arquiteturas orientadas a eventos.
-
41. Em um tribunal, a equipe técnica adota práticas de DevOps e DevSecOps. A equipe utiliza ferramentas de controle de versão como GitLab e GitHub, além de *pipelines* automatizados de CI/CD. Dentro dessa estrutura, a organização eficiente do versionamento e da gestão de código deve considerar que
- (A) o fluxo Git baseado em *branches* centraliza o trabalho em *main*, utilizando *branches* secundárias apenas em situações de exceção.
 - (B) o *merge* entre *branches* deve ser conduzido manualmente, priorizando decisões da equipe técnica, ainda que sem validações automatizadas vinculadas ao *pipeline*.
 - (C) o versionamento de código deve ser adaptado de forma simplificada para projetos internos, com registro informal de alterações e controle local de mudanças.
 - (D) *pipelines* de CI/CD devem executar validações principalmente em ambientes de homologação, sendo dispensáveis na etapa de publicação em produção.
 - (E) a gestão de *branches* seja organizada com a criação de ramificações específicas para novas funcionalidades, correções e *releases*, alinhando-se às boas práticas de versionamento.
-
42. Durante o fortalecimento das práticas de automação e monitoramento no ambiente de TI de um tribunal, a equipe técnica passou a aplicar soluções de DevOps e DevSecOps que envolvem gestão de configurações com Ansible e AWX, integração contínua de aplicações e implementação de plataformas de observabilidade baseadas em Prometheus, Grafana e a ELK Stack. No planejamento dessas atividades, a construção de uma infraestrutura confiável e segura deve adotar práticas que
- (A) priorizem a coleta estruturada de *logs* e a análise pontual de eventos críticos em ferramentas específicas, mesmo que a integração com dados de métricas operacionais ainda não esteja contemplada nos painéis de observabilidade.
 - (B) utilizem ferramentas de automação de infraestrutura, como Ansible e AWX, para padronizar tarefas recorrentes em servidores, mantendo o controle manual de processos relacionados à segurança e conformidade.
 - (C) promovam a criação de *dashboards* dinâmicos e interativos integrados a sistemas de alerta, permitindo o acompanhamento em tempo real de métricas, *logs* e eventos de servidores e aplicações, contribuindo para a segurança e confiabilidade da infraestrutura.
 - (D) configurem *pipelines* de CI/CD voltados às fases de teste e homologação, adotando o *deploy* manual no ambiente de produção como medida de controle e rastreabilidade para evitar automações críticas em etapas finais.
 - (E) implementem soluções de monitoramento orientadas à coleta de dados históricos e análise pós-incidente, com alertas configurados para períodos específicos e foco na redução de falsos positivos fora do horário comercial.



43. Durante a modernização da infraestrutura tecnológica de um tribunal, a equipe técnica implementou boas práticas de segurança em *pipelines* de CI/CD, incorporando análises automatizadas de código (SAST), testes de aplicações dinâmicas (DAST) e verificação de dependências de bibliotecas. Além disso, foram configurados serviços essenciais de rede, como DNS, DHCP e SMTP, e implantados *proxies* reversos com Nginx e HAProxy para gerenciamento de tráfego, balanceamento de carga e SSL *offloading*. Para assegurar a estabilidade e a segurança dos ambientes, as práticas adotadas devem garantir que
- (A) o balanceamento de carga seja configurado para distribuir solicitações entre servidores em ambientes de teste e produção, promovendo escalabilidade e alta disponibilidade.
 - (B) os *pipelines* de CI/CD priorizem automação de *build* e *deploy*, com execução opcional de testes de segurança, dependendo do nível de criticidade da aplicação em desenvolvimento.
 - (C) o uso de *proxies* reversos como Nginx e HAProxy seja planejado para controle de acesso e roteamento de tráfego, dispensando o balanceamento aplicado entre aplicações internas homologadas.
 - (D) os serviços DNS e DHCP sejam mantidos sob administração centralizada, com políticas de atualização e segurança gerenciadas por rotina manual de verificação periódica.
 - (E) o SSL *offloading* seja implementado no *proxy* reverso para criptografia do tráfego de entrada, enquanto a comunicação entre serviços internos utilize canais abertos para reduzir latência e sobrecarga.
-
44. A adoção de tecnologias de computação em nuvem e de virtualização no ambiente de TI de um tribunal busca otimizar o uso de recursos, garantir escalabilidade e facilitar a manutenção de sistemas. Nesse contexto, foram implementadas soluções baseadas em modelos de serviço como IaaS, PaaS e SaaS, além da utilização de plataformas de virtualização, como VMware e Hyper-V, e de containerização com Docker. Para assegurar a eficiência operacional, é fundamental que as práticas de gestão da infraestrutura envolvam
- (A) a configuração de ambientes virtualizados utilizando VMware ou Hyper-V garantindo o provisionamento ágil de recursos e maior controle sobre a distribuição da carga de trabalho em servidores.
 - (B) a adoção do modelo IaaS para determinadas soluções de produtividade, reduzindo a necessidade de gerenciamento local, mesmo desprezando o uso de camadas inferiores da infraestrutura.
 - (C) a implantação de contêineres Docker em ambientes controlados, com orquestração simplificada, mesmo na ausência de integração imediata com sistemas de monitoramento centralizado.
 - (D) o uso de mecanismos de autoescalabilidade configurados com base em métricas de utilização, isento do acompanhamento financeiro periódico e monitoramento em tempo real.
 - (E) a combinação de containerização com infraestrutura virtualizada, ainda que dispense isolamento dedicado em casos que envolvam dependência direta de *hardware* ou configurações específicas de sistema operacional.
-
45. O Tribunal Regional do estado Alfa está implementando um novo Sistema de Gestão Processual Eletrônica (hipoteticamente SGPE) para modernizar seus serviços e otimizar o fluxo de trabalho. Esse sistema visa integrar todas as etapas do processo judicial, desde a petição inicial até a decisão final, permitindo o acesso remoto de advogados, servidores e magistrados, além de automatizar diversas tarefas. Considerando as características do projeto que necessita de alta confiabilidade, segurança dos dados, integração com sistemas legados, prazos definidos e a importância da participação dos usuários no processo de desenvolvimento, a equipe de técnicos do tribunal entende metodologia de desenvolvimento de *software* mais adequada a aplicar é
- (A) Modelo em Cascata (*Waterfall*): Uma abordagem linear e sequencial, com fases bem definidas (requisitos, projeto, implementação, testes, implantação e manutenção), onde cada fase deve ser concluída antes de se iniciar a próxima.
 - (B) Desenvolvimento Rápido de Aplicações (RAD): Uma abordagem que prioriza o desenvolvimento rápido e a entrega de protótipos funcionais em ciclos de médio prazo, com algum envolvimento do usuário.
 - (C) Desenvolvimento Ágil (*Agile*): Um conjunto de metodologias iterativas e incrementais que enfatizam a colaboração, a flexibilidade, a adaptação a mudanças e a entrega contínua de valor em pequenos ciclos (*sprints*).
 - (D) Modelo Espiral: Uma abordagem orientada a objetos, que combina elementos do modelo RAD com revisão em cada iteração.
 - (E) Modelo de Prototipagem: Uma abordagem focada na criação rápida de protótipos para obter *feedback* dos usuários e refinar os requisitos antes do desenvolvimento completo do sistema.
-
46. Um órgão judiciário está desenvolvendo e implementando um sofisticado Sistema de Inteligência Artificial Forense (hipoteticamente SIA-F) para auxiliar na análise de grandes volumes de dados processuais, identificar padrões relevantes e fornecer *insights* para os magistrados. A liderança do órgão reconhece a importância de garantir a qualidade, a eficiência e a melhoria contínua dos processos de desenvolvimento e manutenção deste sistema crítico. Para isso, eles decidiram realizar uma avaliação utilizando o CMMI-DEV v2.0 como modelo de referência. Considerando tais requisitos, o princípio fundamental do CMMI-DEV v2.0 que melhor se alinha com a necessidade de garantir a entrega de valor e a melhoria contínua dos processos de desenvolvimento do sistema é
- (A) Foco no Valor: As atividades de desenvolvimento e manutenção devem ser continuamente alinhadas com as necessidades dos *stakeholders* e a entrega de valor para a organização.
 - (B) Agilidade na Entrega: A metodologia de desenvolvimento deve priorizar entregas rápidas e frequentes de funcionalidades para o usuário.
 - (C) Gerenciamento de Riscos: A identificação e mitigação proativa de riscos devem ser o principal motor do planejamento do projeto.
 - (D) Melhoria Contínua: A organização deve buscar constantemente a otimização de seus processos com base em dados e lições aprendidas.
 - (E) Envolvimento da Alta Gestão: O sucesso do projeto depende fundamentalmente do apoio e da participação ativa da alta administração do tribunal.



47. O Tribunal Federal do estado Gama está buscando modernizar o seu processo de distribuição de mandados judiciais. Atualmente, o processo envolve diversas etapas manuais, comunicação descentralizada e dificuldades no rastreamento dos mandados. Para otimizar este fluxo de trabalho, a equipe de TI está utilizando a UML 2.5 para modelar o novo sistema informatizado de distribuição de mandados.
- Considerando a necessidade de visualizar a sequência de interações entre os diferentes participantes do processo ao longo do ciclo de vida de um mandado, desde a sua emissão até a sua conclusão, o diagrama mais adequado para representar essa dinâmica comportamental é o Diagrama de
- (A) Classes.
 - (B) Componentes.
 - (C) Implantação.
 - (D) Sequência.
 - (E) Casos de Uso.
-
48. O setor de protocolo de um Tribunal busca otimizar processo de recebimento e distribuição de petições iniciais. Atualmente, o processo envolve várias etapas manuais, registros em papel e comunicação assíncrona entre diferentes setores. Para identificar gargalos e propor melhorias, a equipe de gestão decidiu modelar o processo utilizando a notação BPMN 2.0, considerando a necessidade de representar graficamente o fluxo de trabalho, os pontos de decisão e os eventos que ocorrem durante o processo. O elemento da referida notação, que é fundamental para representar o ponto em que uma petição, após ser recebida, é direcionada para diferentes setores do tribunal dependendo da sua natureza (cível, criminal etc.), é:
- (A) *Gateway de Sequência (Sequence Gateway)*.
 - (B) *Gateway Exclusivo (Exclusive Gateway)*.
 - (C) *Gateway de Tarefa (Task Gateway)*.
 - (D) *Link Gateway (Gateway Link)*.
 - (E) *Gateway Complexo (Complex Gateway)*.
-
49. O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus) 2ª edição, parte dos normativos da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br, estabelece diretrizes para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas judiciais. Dentre os princípios e diretrizes, o MoReq-Jus
- (A) permite a contratação de sistemas privados para a gestão de processos judiciais, visando a independência tecnológica dos tribunais.
 - (B) considera a interoperabilidade entre diferentes sistemas judiciais como um requisito secundário, priorizando sistemas federais.
 - (C) prioriza a utilização de sistemas desenvolvidos externamente, sendo que a necessidade de colaboração entre os tribunais é opcional.
 - (D) estabelece critérios para a segurança dos dados processuais priorizando os sistemas de justiça no âmbito federal.
 - (E) enfatiza a importância da colaboração entre os tribunais para o desenvolvimento de sistemas públicos e gratuitos, garantindo a interoperabilidade e a segurança dos dados processuais.
-
50. O Art. 11 da Portaria CNJ nº 253/2020 estabelece que o acesso aos microsserviços deverá ser protegido com mecanismos de autenticação e autorização
- (A) baseados em OAuth2 a ser provido pelo serviço de Single SignOn da PDPJ-Br.
 - (B) por meio de autenticação de usuário já cadastrado no sistema de processo eletrônico específico do tribunal em que o processo tramita.
 - (C) e utilizar exclusivamente navegadores de internet homologados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
 - (D) baseados em SSL a serem providos pelo serviço de suporte operacional da PDPJ-Br.
 - (E) mediante concórdia com os termos de uso da plataforma no primeiro acesso.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 11: item 11.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. [...] 11.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

QUESTÃO 1

Um tribunal iniciou o desenvolvimento de um novo módulo de acompanhamento processual com o objetivo de modernizar sua infraestrutura tecnológica e aderir aos padrões estabelecidos pela Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. O projeto tem como foco atender à necessidade de maior interoperabilidade entre sistemas judiciais e garantir aderência às diretrizes de transformação digital definidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

A equipe técnica optou por uma abordagem alinhada às práticas recomendadas em arquitetura de sistemas distribuídos, bem como à utilização de metodologias modernas de desenvolvimento, integração e implantação de *software*. O projeto abrange preocupações que envolvem integração entre serviços, organização modular, controle de versões, escalabilidade, disponibilidade e segurança das aplicações.

Além disso, a iniciativa contempla aspectos voltados à gestão de infraestrutura e operações, prevendo o uso de tecnologias compatíveis com ambientes em nuvem e estratégias que favoreçam a automação, monitoramento contínuo e controle de qualidade ao longo de todo o ciclo de vida da aplicação.

Explique como

- a combinação entre API RESTful, JSON, Swagger e Spring Boot facilita o desenvolvimento, a padronização e a integração do módulo de acompanhamento processual à PDPJ-Br. Considere aspectos como interoperabilidade, documentação e reutilização de serviços.
- os componentes Spring Eureka, Zuul e Flyway contribuem, respectivamente, para a escalabilidade, roteamento de requisições e controle de versão do banco de dados na arquitetura de microsserviços do novo módulo. Aponte o papel específico de cada tecnologia e como elas se complementam no contexto da PDPJ-Br.
- a combinação entre práticas de CI/CD com *Git* e ferramentas de observabilidade como Prometheus e Grafana podem ser utilizadas para detectar falhas, monitorar o desempenho e garantir a entrega contínua do módulo de acompanhamento processual desenvolvido para a PDPJ-Br. Aponte, objetivamente, o papel de cada componente e como atuam em conjunto no *pipeline* DevOps.

Observação: É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra do item correspondente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NO ESPACIO NESTE ESPAÇO

